

- 1) ANULADA
- 2) ANULADA
- 3) ANULADA
- 4) ANULADA
- 5) ANULADA
- 6) ANULADA
- 7) ANULADA
- 8) ANULADA
- 9) ANULADA
- 10) ANULADA
- 11) ANULADA
- 12) ANULADA
- 13) ANULADA
- 14) ANULADA
- 15) ANULADA
- 16) ANULADA
- 17) ANULADA
- 18) ANULADA
- 19) ANULADA
- 20) ANULADA

21) "A Constituição brasileira em virog fixa limitações ao Poder Constituinte instituído que são de natureza circunstancial e de natureza material". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

A) é circunstancial a limitação que proíbe emenda à Constituição durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio (art. 60, § 1º);

B) estas limitações não alcançam as chamadas cláusulas pétreas da Constituição;

C) estão excluídas destas limitações emendas tendentes a abolir a forma federativa de Estado;

D) somente os direitos e garantias individuais integram as chamadas cláusulas pétreas da Constituição.

22) "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) a lei indicará as condições de veiculação da informação jornalística nos meios de comunicação social;
- B) as diversões e espetáculos públicos serão regulados pelo Poder Público, cabendo-lhe informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.
- C) entre os meios legais que garantam á pessoa e á familia a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádios e televisão poderá o Conselho de Comunicação Social determinar a censura;
- D) a livre manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação alcançam a propaganda comercial de qualquer natureza.

23) "O Estado federal assenta n princípio da autonomia das entidades componentes e se apoia em dois elementos básicos:existência de governo próprio e posse de competência exclusiva". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) a intervenção é antítese da autonomia, sendo, pois, inconstitucional a intervenção federal nos Estados-Membros;
- B) vigora na Constituição Federal o princípio da não intervenção, preservando a autonomia como princípio básico da forma de Estado federal;
- C) a defesa do princípio federativo pressupõe o privilégio de desligar-se da Federação;
- D) intervenção é ato de natureza judicial, incompatível com motivação política e, por isso, só se realiza por meio de controle jurisdicional.

24) "Controle de constitucionalidade é a verificação da adequação de um ato jurídico, particularmente da lei, á Constituição". Deste enunciado pode deduzir-se que é correta a alternativa:

- A) o controle de constitucionalidade é exclusivamente judiciário;
- B) o controle de constitucionalidade se dá necessariamente a posteriori, isto é, depois de perfeito o ato ou de promulgada a lei;
- C) é incompatível com a natureza constitucional a existência de controle político de constitucionalidade;
- D) o descumprimento, ou violação da Constituição pode dar-se quando se deixa de dar execução a uma norma constitucional, configurando a hipótese de inconstitucionalidade por omissão.

25) " O poder de revisão é espécie de Poder Constituinte derivado e trata-se do poder, previsto pela Constituição, para alterá-la, adaptando-a a novos tempos e novas exigências". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) o poder de revisão equivale ao Poder Constituinte originário e seu veículo é uma assembléia constituinte;
- B) o poder de revisão, por suas finalidades, é ilimitado e incondicionado;
- C) o poder de revisão é Poder COnstituinte instituído e só pode agir validamente no âmbito fixado pelo originário;
- D) o poder de revisão age por meio de leis complementares á Constituição.

26) "Entre as modalidades de atuação estatal na economia, a intervenção caracteriza o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, o que compreende as funções de fiscalização, incentivo e planejamento". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, atribuídas ao Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, configuram o planejamento como determinante para o setor público e para o setor privado;
- B) o incentivo, como função normativa e reguladora da atividade econômica pelo Estado, inclui-se entre os meios coativos ás atividades particulares;
- C) o artigo 174 da Constituição Federal declara que o Estado exercerá sua atividade de agente normativo e regulador, na forma da lei, sendo assim, inadmissível a intervenção mediante ato administrativo;
- D) a repressão do abuso do poder econômico é uma das formas mais drásticas de intervenção no domínio econômico, feita não mediante lei, mas por ato administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica(CADE), no que se atende ao princípio da legalidade.

27) "Por Constituição em sentido jurídico entende-se o conjunto de regras concernentes á forma do Estado, á forma do governo, ao modo de aquisição e exercício do poder, ao estabelecimento de seus órgãos, aos limites de sua ação". Diante deste enunciado podemos deduzir que é correta a alternativa:

A) todas as regras cuja matéria referir-se a esses elementos são constitucionais e formam a Constituição material do Estado;

B) somente as regras escritas referidas a esses elementos são propriamente constitucionais;

C) regras materiais são as não escritas, de elaboração solene ou não;

D) as normas materialmente constitucionais que integram a Constituição0 escrita não podem ser complementadas por leis ordinárias.

28) "Adotou a atual Constituição brasileira institutos de democracia semidireta - - plebiscito, referendo e iniciativa popular -- a serem regulamentados em lei". Deste enunciado pode deduzir-se que é correta a alternativa:

A) plebiscito, referendo e iniciativa popular são formas de consulta popular equivalentes nos seus objetivos e resultados;

B) plebiscito é o instrumento de consulta popular que consiste na apresentação de projeto popular ao órgão legislativo;

C) referendo é o instrumento de consulta popular que consiste no poder de aprovar leis;

D) iniciativa popular é o instrumento de consulta popular que consiste no poder de veto democrático ao órgão legislativo.

29) "O Estado moderno é um estado de direito e, como tal, pretende regular por meio de normas jurídicas a vida social mesmo em momentos de crise. Prevêem, por isso, as Constituições para enfrentar circunstâncias anormais a atribuição ao governo de poderes anormais". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

A) a decretação de estado de defesa importa, como primeira consequência, na adoção de legalidade especial para a área em questão e , nestas condições, a possibilidade de prisão por crime contra o Estado, pelo executor da medida, independentemente de comunicação á autoridade judiciária;

B) o decreto que instituir o estado de defesa indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, não podendo, entretanto , restringir os direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

C) o estado de fesa não é, e não pode ser, situação de arbítrio, mas situação constitucionalmente regrada, por isso, fica sujeito a controles político e jurisdicional;

D) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida no estado de defesa, independente de legalidade e não pode ser relaxada pelo Juíz.

30) "O princípio da supremacia da Constituição requer que todas as situações jurídicas se conformem com os princípios e preceitos da Constituição". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

A) a conformidade com os ditames constitucionais impõe, exclusivamente, a atuação positiva de acordo com a Constituição;

B) é também inconstitucional a omissão, nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou executivos necessários para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais;

C) o controle de constitucionalidade é essencialmente político e, portanto, prerrogativa do Poder Legislativo;

D) a ação direta de inconstitucionalidade cabe á iniciativa do Juiz dentro de um processo de partes, não comportando a iniciativa popular.

31) "A Constituição dá ao Ministério Público o relevo de instituição permanente, essencial á função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

A) o órgão recebeu, a partir da Constituição Federal de 1988, a configuração estrutural de um quarto poder;

B) como agentes políticos, os membros do Ministério Público detêm, como privilégios pessoais, as prerrogativas da vitaliciedade, a irredutibilidade de vencimentos e a inamovibilidade;

C) o Ministério Público não detém função jurisdicional e, assim, não se lher preordenaram garantias de imparcialidade.

D) entre as funções institucionais do Ministério Público estão a de controle externo da atividade policial.

32) " Há regras que, por sua matéria, são constitucionais ainda que não estejam contidas numa Constituição escrita; há, também normas que, mesmo contidas numa Constituição escrita, rigorosamente falando, não têm conteúdo constitucional". Deste enunciado podemos deduzir que é correta a alternativa:

- A) estas normas sem conteúdo constitucional são normas inconstitucionais;
- B) estas normas sem conteúdo constitucional são formalmente constitucionais;
- C) somente as normas materialmente constitucionais integram a Constituição escrita;
- D) as Constituições escritas, formais, não contêm normas materiais.

33) "A necessidade de assegurar ampla liberdade de ação ao parlamentar para o exercício do mandato inspira-lhe a outorga de certas prerrogativas. Essas prerrogativas são em geral designadas pela expressão imunidades". Deste enunciado pode deduzir-se que é correta a alternativa:

- A) o parlamentar, desde a expedição do diploma, não pode ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável;
- B) a inviolabilidade penalmente por suas opiniões, palavras e votos, no exercício ou fora do exercício do mandato.
- C) é obrigado entretanto, o parlamentar, a testemunhar sobre informações que obtenha inerentes ao exercício da função, nos casos de segurança nacional;
- D) as imunidades dos parlamentares só poderão ser suspensas durante a vigência do estado de sítio, por decisão do Conselho da República.

34) "O sistema tributário nacional subordina-se a vários princípios, que configuram garantias constitucionais dos contribuintes e constituem limitações ao poder de tributar". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) as garantias constitucionais expressas como princípios limitadores do poder de tributar não podem resultar em vedações constitucionais às entidades tributantes;
- B) as imunidades fiscais, instituídas por razões de privilégio, ou de considerações de interesse geral (neutralidade religiosa, econômicas, sociais ou políticas), excluem a atuação do poder de tributar;
- C) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, podendo, entretanto, tributar suas rendas ou serviços;
- D) para alcançar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, a União pode estabelecer medidas tributárias para controle migratório por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

35) "A Constituição brasileira assegura aos estrangeiros residentes no País paridade com os brasileiros no tocante aos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Deste enunciado pode deduzir-se que é correta a alternativa:

- A) a lei não pode estabelecer restrições de direitos aos estrangeiros domiciliados no País;
- B) a distinção entre o nacional e o estrangeiro é a expulsabilidade deste e o banimento daquele;
- C) a Constituição admite a possibilidade de extradição do estrangeiro e nunca do brasileiro;
- D) não há distinção entre brasileiro nato e o naturalizado.

36) "A advocacia não é apenas uma profissão, é também um munus. É um dos elementos da administração democrática da Justiça. A advocacia é a única habilitação profissional que constitui pressuposto essencial à formação de um dos poderes do Estado: o Poder Judiciário". Deste enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) a advocacia não é apenas um pressuposto da formação do Poder Judiciário, é também necessária ao seu funcionamento, cuja inércia requer um elemento técnico propulsor;
- B) todas as profissões e atividades laborativas humanas são nobres e importantes, mas o advogado foi o único profissional que mereceu referência direta da Constituição;
- C) o advogado tem inviolabilidade prevista constitucionalmente, um privilégio reconhecido à natureza de sua atividade profissional;
- D) elemento indispensável à administração da Justiça, o ministério do advogado é, entretanto, privado e privada é a natureza do serviço que ele presta.

37) "Embora previsto em caráter de exceção na Constituição brasileira, pode o brasileiro vir a ser privado dos direitos políticos, temporária ou definitivamente". Deste enunciado pode deduzir-se que é correta a alternativa:

- A) há privação definitiva de direitos em consequência de condenação criminal transitada em julgado;
- B) há perda, isto é, privação definitiva de direitos, em decorrência da escusa de consciência para cumprir obrigação, encargo ou serviço impostos por lei aos brasileiros em geral, ou sem satisfazer os deveres que a lei estabeleceu em substituição àqueles;
- C) o imperativo de consciência, entendido como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, exime aquele que o alega de atividades de caráter essencialmente militar ou serviço alternativo;
- D) são recuperáveis os direitos políticos cuja perda é consequência de privação temporária e irrecuperáveis os direitos cuja perda é consequência de privação dita definitiva.

38) "O pode que edita Constituição nova, substituindo Constituição anterior ou dando organização a novo Estado é usualmente qualificado de Poder Constituinte originário". Deste enunciado pode-se deduzir que é correta a alternativa:

- A) esta qualificação serve também para distinguir esse Poder Constituinte, que é o único a realmente fazer jus ao nome, de Poderes Constituintes instituídos ou derivados;
- B) o Poder Constituinte originário não se manifesta sem uma revolução;
- C) a legitimidade do governo instituído se confunde com a legalidade, ou seja, com o fato de haver sido o governo estabelecido de acordo com as leis vigentes;
- D) governo de fato é tão-somente o governo estabelecido de acordo com a lei, isto é, o governo legalmente instituído.

39) "A atividade de polícia realiza-se de vários modos, pelo que a polícia se distingue em administrativa e de segurança; esta compreende a polícia ostensiva e a polícia judiciária". Deste enunciado pode deuzir-se que é correta a alternativa:

- A) a polícia administrativa tem por objeto as limitações impostas a bens jurídicos individuais (liberdade e propriedade), deriva do poder político e não integra a organização da segurança pública;
- B) a polícia de segurança é, em sentido estrito, polícia ostensiva e integra o sistema de organização das Forças Armadas;
- C) a polícia judiciária tem por objetivo as atividades de investigação, de apuração das infrações penais e de indicação de sua autoria, estando subordinada ao Ministério Público em sua função de promover a ação penal pública;
- D) a segurança pública não é só repressão e não é problema apenas de polícia de acordo com a Constituição, ao estabelecer que a segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

40) "O habeas corpus e o mandado de segurança garantem direitos fundamentias. Rigorosamente falando, as garantias dos direitos fundamentais são limitações, as vedações impostas pelo constituinte ao poder público. O habeas corpus e o mandato de segurança são meios de reclamar o restabelecimento de direitos fundamentais violados: remédios para os males da prepotência". Do enunciado deduz-se que é correta a alternativa:

- A) cabe o habeas corpus, que pode ser impetrado por qualquer um e em favor de qualquer um, nacional ou estrangeiro, sempre que alguém esteja privado de sua liberdade de locomoção, ou esteja ameaçado de ver-se privado dela, por violência ou coação fruto de ilegalidade ou abuso de poder;
- B) se o cerceamento da liberdade de locomoção decorre da aplicação de poder disciplinar, previsto na legislação militar, a autoridade judiciária competente para conceder habeas corpus será a autoridade judiciária militar;
- C) o mandado de segurança é outro remédio específico contra a violação, pelo poder público, de direito líquido e certo de locomoção;
- D) cabe o mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, relativo às prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, não atendido por falta de norma regulamentadora.

41) As autoridades policiais devem observar as leis do país, de acordo com o due process of law. Em consequência desse princípio:

- A) devem observar as inúmeras restrições à prova estabelecidas na lei civil;
- B) somente quanto ao estado das pessoas é que as restrições à prova estabelecidas na lei civil devem ser observadas;
- C) gozam de ampla e ilimitada faculdade de usar os meios de prova;
- D) não podem usar a prova indiciária, pois esta contraria o princípio da presunção de inocência.

42) O Ministério Público junto a uma das Varas da Justiça Federal, por crime contra a administração pública que só pode ser praticado por funcionário público, ofereceu denúncia contra um cidadão que jamais ocupou cargo público ou função que ensejasse a prática do crime. O MM. Juiz recebeu a denúncia. Qual a providência judicial cabível para corrigir o erro?

- A) recurso em sentido estrito;
- B) recurso de agravo;
- C) habeas corpus;
- D) mandado de segurança.

43) Estando o réu no Exterior, em lugar certo e sabido, a citação far-se-á:

- A) sempre por carta rogatória;
- B) se a infração for inafiançável, por carta rogatória; se afiançável, por edital;
- C) se a infração for inafiançável, por mandado;
- D) se a infração for inafiançável, por hora certa.

44) O ato da Autoridade Policial que determina a identificação datiloscópica do indivíduo, por ser emanção legal de uma norma do Código de Processo Penal (art. 6º, VIII):

- A) não pode ser impugnada por via judicial, pois os atos do inquérito são um dever jurídico da autoridade da polícia judiciária e sua realização não constitui qualquer constrangimento ilegal;
- B) pode ser objeto de habeas corpus;
- C) só pode ser atacado através de requerimento ao Corregedor-Geral da República;
- D) só pode ser atacado através de requerimento de dispensa ao Ministério Público que funcionou no inquérito.

45) O Juiz Criminal, ao proceder ao interrogatório de um réu de 19 anos, não lhe nomeou Curador; apenas afirmou que em face da dificuldade de encontrar mais um advogado que servisse de Curador, nomeou o defensor também com as funções de curador ao réu menor.

- A) O ato do magistrado é absolutamente nulo, pois infringiu dispositivo literal do art. 262 do PP.
- B) O ato é apenas anulável.
- C) O ato é válido diante da jurisprudência predominante.
- D) O Supremo Tribunal Federal tem entendido contrário à validade desse ato, considerando-o nulo pleno jure.

46) Os principais prazos do procedimento nos crimes a que se comina pena de reclusão são:

- A) três dias para a defesa prévia; vinte e quatro horas para requerer diligência (CPP, art. 499); três dias para alegações finais (CPP, art. 500); e cinco dias para apelação.
- B) três dias para defesa prévia; quarenta e oito horas para requerer diligência (CPP, art. 499); três dias para alegações finais (CPP, art. 500); e dez dias para apelação.
- C) três dias para defesa prévia; vinte e quatro horas para requerer diligência (CPP, art. 499); cinco dias para alegações finais (CPP, art. 500); e quinze dias para apelação.
- D) três dias para defesa prévia; três dias para requerer diligências (CPP, art. 499); três dias para alegações finais (CPP, art. 500); e dez dias para apelação.

47) Nos processos por crime de injúria e de calúnia, de competência do Juiz Singular:

- A) quando for oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado, o querelante poderá contestar a exceção no prazo de dois dias;
- B) havendo a reconciliação, o Juiz decretará a extinção da punibilidade;
- C) o Juiz não pode proceder ex-officio para promover entendimento entre querelante e querelado;
- D) o Juiz sempre ouvirá querelante e querelado conjuntamente e com a presença dos advogados.

48) No exercício da sua atividade de polícia judiciária, a Autoridade Policial Federal:

- A) poderá fazer uma interpretação extensiva, aplicação analógica, bem como usar os suplementos dos princípios gerais de Direito;
- B) deverá pautar-se literalmente dentro das prescrições dos artigos do Código de Processo Penal, especialmente em tema de prisão e restrição de liberdade, só deixando de aplicar o CPP quando suspensa sua execução pelo Senado Federal, após declaração de inconstitucionalidade pelo Judiciário;
- C) deverá seguir à risca as instruções de chefia sobre os procedimentos de polícia judiciária;
- D) deverá seguir as últimas decisões jurisprudenciais dos tribunais federais.

49) Os seguintes fatos classificam-se como questão prejudicial, exceção o incidente, respectivamente:

- A) dúvida quanto à filiação em crime de abandono material, incompetência do juízo, insanidade mental;
- B) negativa de paternidade em crime de abandono material, coisa julgada, incompetência de juízo;
- C) negativa de paternidade em crime de abandono material, suspeição e litispendência;
- D) dúvida quanto à paternidade em crime de abandono material, conflito de jurisdição e ilegitimidade da parte.

50) A nulidade da prisão em flagrante, através da qual se iniciou o inquérito policial, foi decretada através de Habeas Corpus que transitou em julgado. Diante disso:

- A) todo o conteúdo da notícia criminis está viciado;
- B) apenas o indiciado não pode ser novamente preso, mesmo se condenado;
- C) a notícia criminis continua a ter validade;
- D) a validade da peça de informação passou a ter menor credibilidade.

51) "Não se admite o uso de Habeas Corpus para trancar o inquérito policial".

- A) Verdadeiro, porque o inquérito constitui mera peça de informação e funciona apenas como notícia criminis.
- B) Falso, porque o recurso de Habeas Corpus pode ser usado contra ato ilegal.
- C) Falso, porque o Habeas Corpus não aprecia provas.
- D) Falso, porque o Habeas Corpus pode ser impetrado contra abuso de direito.

52) Chegando ao Ministério Público o inquérito policial, sem o relatório da Autoridade Policial e com pedido de baixa à Delegacia, o Promotor Público resolveu, mesmo assim, denunciar o indiciado autor do crime no art. 121 do Código Penal. O Juiz rejeitou a denúncia. Pergunta-se: Qual a afirmação correta?

- A) O Ministério Público não pode recorrer da decisão porque o Juiz aplicou literalmente o artigo 10 do Código de Processo Penal e seu parágrafo primeiro, que exige um relatório da Autoridade Policial.
- B) O Ministério Público pode impetrar reclamação ao Corregedor Geral da Justiça.
- C) O Ministério Público pode impetrar um recurso em sentido estrito.
- D) Não cabe qualquer recurso da decisão, devendo os autos retornar à delegacia policial.

53) São crimes de competência do júri:

- A) homicídio doloso, tentativa de aborto, homicídio culposo e latrocínio;
- B) homicídio preterintencional, tentativa de aborto, infanticídio e instigação ao suicídio;
- C) tentativa de homicídio, infanticídio, aborto e instigação ao suicídio;
- D) tentativa de homicídio, instigação ao suicídio, homicídio culposo e lesão corporal seguida de morte.

54) Concedida a anistia ou o indulto:

- A) cessa a atuação do Juiz e passa a ser exclusiva do Conselho Penitenciário;
- B) cessa a atuação do Juiz e passa a ser competência da autoridade administrativa;
- C) o procedimento passa a ser da competência da autoridade administrativa;
- D) o procedimento será judicial.

55) PECULATINUS foi processado e julgado por se lhe imputar haver-se apropriado de bens de que tinha a posse em razão do cargo. Ao final do processo, o MM. Juiz Criminal o absolveu por não haver prova suficiente do fato, tendo a sentença transitado em julgado. O efeito dessa sentença absolutória penal é:

- A) de que o fato não pode se rediscutido na esfera administrativa, para efeitos residuais;
- B) de que o fato pode ter aspectos residuais que permitam a reapreciação pela instância administrativa;
- C) de que pelo princípio do "ne bis in idem" o caso não pode ser reapreciado em qualquer outra instância administrativa, já o tendo sido na penal;
- D) de que esta hipótese é a mesma de estar provada a inexistência do fato.

56) A doutrina do Direito brasileiro distingue as figuras do flagrante preparado e do flagrante esperado.

- A) No flagrante esperado, o agente provocador tem papel decisivo.
- B) Em ambas as situações a administração da justiça se enriquece com as vitórias alcançadas.
- C) Pode-se afirmar que no flagrante esperado a polícia comete censurável procedimento.
- D) A jurisprudência entende que no flagrante preparado a consumação do crime se torna impossível.

57) A lei processual penal não trata do problema do desarquivamento do inquérito policial.

- A) Em razão disso, o princípio da legalidade proíbe que se desarquive o inquérito.
- B) Somente fica a Autoridade Policial autorizada a desarquivar mediante requerimento da vítima.
- C) Admite-se que a ocorrência de novas provas enseje o desarquivamento.
- D) A Autoridade Policial pode desarquivar sempre que, na qualidade de presidente do inquérito, lhe parecer justo e oportuno.

58) Partindo-se da premissa de que o inquérito policial é de natureza inquisitorial, pode-se asseverar perante a nossa lei processual que:

- A) o ofendido não legitimidade para requerer qualquer diligência à Autoridade Policial;
- B) o indiciado não pode requerer qualquer diligência à Autoridade Policial;
- C) a Autoridade Policial só pode realizar diligência se o pedido vier do Ministério Público;
- D) tanto o ofendido e o indiciado poderão requerer qualquer diligência.

59) A incumbência de visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na Comarca, de entrevistar presos, de apresentar relatórios mensais e de diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência aos presos e internos, em harmonia com a direção do estabelecimento é:

- A) do Conselho Penitenciário;
- B) do Departamento Penitenciário;
- C) do Patronato;
- D) do Conselho da comunidade.

60) No relacionamento, com as autoridades jurisdicionais estrangeiras:

- A) as autoridades policiais das fronteiras podem atender diretamente as cartas rogatórias, desde que emanadas da autoridade judiciária do país vizinho;
- B) executadas as autoridades policiais das fronteiras, as demais cartas rogatórias necessitam do exequatur do Ministério da Justiça;
- C) o exequatur do Ministério das Relações Exteriores legitima o procedimento da autoridade policial brasileira, que pode cumprir as diligências solicitadas nas cartas rogatórias a ela dirigidas;
- D) as cartas rogatórias dependem do exequatur do Supremo Tribunal Federal para serem cumpridas.

Gabarito

1-A 2-A 3-A 4-A 5-A 6-A 7-A 8-A 9-A 10-A 11-A 12-A 13-A 14-A 15-A 16-A 17-A 18-A 19-A 20-A 21-A 22-B 23-B
24-D 25-C 26-D 27-A 28-C 29-C 30-B 31-D 32-B 33-A 34-B 35-C 36-A 37-B 38-A 39-D 40-A 41-B 42-C 43-B 44-
B 45-C 46-A 47-A 48-A 49-A 50-C 51-D 52-C 53-C 54-D 55-B 56-D 57-C 58-D 59-D 60-D